COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 5.170, DE 2013

(Apensos os Projetos de Lei nº 5.274, de 2013; nº 5.316, de 2013; nº 5.636, de 2013; nº 6.804, de 2013; nº 7.649, de 2014; nº 742, de 2015; nº 3.787, de 2015; nº 4.676, de 2016; nº 5.418, de 2016; nº 5610, de 2016; nº 5.611, de 2016; nº 5642, de 2016; nº 5884, de 2016; nº 6059, de 2016; nº 6386, de 2016)

Determina que postos e centros de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) disponibilizem ao público as especialidades e horários de atendimento dos profissionais.

Autor: Deputado VILSON COVATTI

Relatora: Deputada ANGELA ALBINO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 5.170, de 2013, de autoria do ilustre Deputado Vilson Covatti, objetiva obrigar postos e centros de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) a disponibilizem ao público as especialidades e horários de atendimento dos profissionais.

De acordo com o art. 1º da proposição, as referidas informações deverão ser disponibilizadas de modo facilmente legível e em local visível; contendo os horários de atendimento de todos os seus profissionais de saúde e respectivas especialidades.

O art. 2º estabelece que a lei entre em vigor sessenta dias após sua publicação.

Na justificação, o autor destaca que a simples medida de informar, por meio de quadro ou de listagem, quais são as especialidades disponíveis e os horários de atendimento dos profissionais, permitirá aos usuários do SUS saber rapidamente se poderão ser atendidos ou se deverão dirigir-se a outro local.

A proposição tramita na Câmara dos Deputados sob o regime ordinário, tendo sido distribuída para apreciação conclusiva das Comissões, com manifestação inicial, no mérito, desta Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), seguindo-se a de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), nos termos do disposto nos artigos 54 e 24, inciso II do RICD.

Foram apensados 15 projetos, explicitados a seguir, no voto a essa matéria.

Nos termos do disposto no art. 119, caput e inciso I, do Regimento Interno, tendo sido encerrado o prazo para recebimento de emendas à matéria, nenhuma foi apresentada nesta CSSF.

É o Relatório.

II - VOTO DA RELATORA

O Projeto de Lei nº 5.170, de 2013, do Deputado Vilson Covatti, propõe medida simples, mas com potencial para aperfeiçoar a atenção oferecida por meio do SUS.

A divulgação em locais visíveis nas unidades de saúde de informações sobre as especialidades e horários de atendimento de seus profissionais será útil, tanto para o usuário do SUS, em particular, quanto para o controle social da qualidade da atenção.

Considerando os projetos que foram apensados, observei que o Projeto de Lei nº 5.274, de 2013, do Deputado Davi Alves Silva Júnior, destaca a divulgação de informações sobre estoque de medicamentos e escala de médicos nos serviços de saúde do SUS; direcionando a obrigação para as instâncias gestoras do SUS, em todas as esferas de governo e incluindo a utilização da rede mundial de computadores, no sítio eletrônico oficial dos órgãos de cada esfera de governo.

O Projeto de Lei nº 5.316, de 2013, do Deputado Major Fábio, ocupa-se da divulgação dos medicamentos disponíveis em painéis nos estabelecimentos de saúde do SUS.

O Projeto de Lei nº 5.636, de 2013, do Deputado Fabio Reis, determina que as instituições de saúde públicas e, também, as privadas disponibilizem, em quadro de livre acesso aos usuários, informações atualizadas sobre os profissionais da saúde designados para atendimento ao público, inclusive plantonistas.

A proposição detalha as informações que devem ser divulgadas, incluindo: nome do profissional; número de identificação no conselho profissional respectivo, conforme a área de atuação; especialidade do profissional; datas e horários de trabalho de cada um no período informado. Também indica que as informações disponibilizadas em quadro de aviso deverão alcançar, no mínimo, o período de 24 horas, além da divulgação em sítio eletrônico da instituição.

O Projeto de Lei nº 6.804, de 2013, do Deputado Reguffe, obriga a publicação, em sítio eletrônico oficial, da lista de espera dos pacientes a serem submetidos a cirurgias médicas nos estabelecimentos e unidades da rede pública de saúde do SUS. A proposição indica que deverão ser divulgados: o número do Registro Geral – RG do paciente; a colocação na fila da lista de espera, na área médica em que o paciente será submetido à cirurgia médica; e a data de ingresso do paciente na lista de espera.

O Projeto de Lei nº 7.649, de 2014, da Deputada Maria Lucia Prandi, obriga os estabelecimentos hospitalares privados e públicos a emitirem relatórios com as informações relativas à rotina hospitalar, também prevendo penalidades para o descumprimento da lei.

O Projeto de Lei nº 742, de 2015, da Deputada Conceição Sampaio, obriga a divulgação, em sítio eletrônico oficial de acesso irrestrito, das listagens dos pacientes que aguardam consultas com especialistas, exames e intervenções cirúrgicas em instituições de qualquer natureza que integram o Sistema Único de Saúde.

O Projeto de Lei nº 3.787, de 2015, do Deputado Carlos Henrique Gaguim, obriga a colocação de placas em unidades de saúde do Sistema Único de Saúde com informações sobre os médicos que realizam atendimento ao público, prevendo a regulamentação de penalidades administrativas.

O Projeto de Lei nº 4.676, de 2016, do Deputado Bruno Covas, obriga todo estabelecimento público de saúde a afixar diariamente a escala de médicos em local visível e acessível ao público.

O Projeto de Lei nº 5.418, de 2016, da Deputada Geovania de Sá, estabelece a publicação de listas de espera para cirurgias e exames complementares dos pacientes do SUS, por meio de alteração na Lei nº 12.527, de 2011.

O Projeto de Lei nº 5610, de 2016, do Deputado Rômulo Gouveia, acrescenta parágrafo único ao art. 47 da Lei nº 8.080, de 19, de setembro de 1990, para obrigar a divulgação periódica dos medicamentos em estoque nas farmácias públicas do SUS.

O Projeto de Lei nº 5.611, de 2016, do Deputado Rômulo Gouveia, acrescenta o §2º ao art. 3º da Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, para obrigar as unidades de saúde a afixarem, em suas dependências, informações relativas às vacinas do Programa Nacional de Imunizações – PNI.

O Projeto de Lei nº 5642, de 2016, do Deputado Marx Beltrão, obriga os gestores do SUS a prestarem os serviços e informações específicos, por meio da Internet.

O Projeto de Lei nº 5884, de 2016, do Deputado João Derly, obriga instituições que prestam serviços públicos de saúde a divulgarem periodicamente informações sobre os atendimentos realizados, abordando também as penalidades às infrações.

O Projeto de Lei nº 6059, de 2016, do Deputado Rômulo Gouveia, aborda a divulgação de direitos de criança vítima de microcefalia transmitida pelo mosquito *Aedes aegypti* e do aumento da licença-maternidade.

Finalmente, o Projeto de Lei nº 6386, de 2016, do Deputado Cabo Sabino, dispõe sobre a obrigatoriedade dos hospitais, unidades básicas de saúde e demais unidades de saúde e ambulatórios, de afixar em lugar visível e acessível ao público a lista dos médicos plantonistas e dos responsáveis pelo plantão.

Considerando que todas as proposições em análise contribuem para o fornecimento de informações essenciais aos usuários de serviços de saúde no Brasil, tanto nos serviços públicos, quanto nos privados, optei por aproveitar as melhores contribuições de cada uma, que potencializem

a transparência dos serviços para o cidadão e para a comunidade, por meio da elaboração de um Substitutivo, apresentado em anexo.

Além do fornecimento de informações sobre serviços de saúde, tenho convicção que tornarem públicas tanto listas de espera como medicamentos disponíveis serão medidas importantes para potencializar a transparência no serviço público e garantir maior controle do cidadão sobre os serviços prestados.

O Estado deve aperfeiçoar e fortalecer continuamente seus mecanismos de prevenção e combate à corrupção. A promoção da transparência pública é um importante passo em direção a esse fim, ganhando destaque nos cenários nacional e internacional.

Em suma, o Substitutivo adequa a ementa do projeto, abrange serviços públicos e privados (especificando algumas obrigações exclusivas do setor público, quando as mesmas disserem respeito apenas aos serviços prestados pelo SUS), destacando a publicidade na lista de espera para consultas, exames complementares e vagas em unidades de tratamento intensivo (UTI).

Também demanda informações sobre os demais profissionais de saúde designados para atendimento público, considerando, assim, a equipe multiprofissional de saúde; prevê serviços a serem prestados pelos gestores do SUS, por meio da Internet e promove a divulgação de direitos de criança vítima de microcefalia transmitida pelo mosquito *Aedes aegypti*.

Por oportuno, ressalto que incorporei à presente redação a orientação da Portaria GM/MS nº 529/2013 que instituiu o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP), prevendo no inciso III do art. 2º que, além dos nomes e funções dos responsáveis pelo serviço de controle de infecções hospitalares, seja disponibilizado também os nomes e funções dos responsáveis pelo serviço núcleo de segurança do paciente, com o objetivo de contribuir para a qualificação do cuidado em saúde em todos os estabelecimentos de saúde do território nacional.

A Segurança do Paciente é um componente essencial da qualidade do cuidado, e tem adquirido, em todo o mundo, importância cada vez maior para os pacientes e suas famílias, para os gestores e profissionais de saúde no sentido de oferecer uma assistência segura.

Finalmente, o Substitutivo estabelece que o não cumprimento das medidas de transparência constitui infração sanitária, nos termos da Lei nº. 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis e determina o início de vigência da lei após 360 dias de sua publicação, de modo a permitir que tanto municípios de maior porte, quanto os de menor, preparem-se adequadamente.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.170, de 2013, e das proposições apensadas - os Projetos de Lei nº 5.274, de 2013; nº 5.316, de 2013; nº 5.636, de 2013; nº 6.804, de 2013; nº 7.649, de 2014; nº 742, de 2015; nº 3.787, de 2015; nº 4.676, de 2016; nº 5.418, de 2016; nº 5610, de 2016; nº 5.611, de 2016; nº 5642, de 2016; nº 5884, de 2016; nº 6059, de 2016 e nº 6386, de 2016, na forma do Substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputada ANGELA ALBINO
Relatora

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 5.170, DE 2013

(Apensos os Projetos de Lei nº 5.274, de 2013; nº 5.316, de 2013; nº 5.636, de 2013; nº 6.804, de 2013; nº 7.649, de 2014; nº 742, de 2015; nº 3.787, de 2015; nº 4.676, de 2016; nº 5.418, de 2016; nº 5610, de 2016; nº 5.611, de 2016; nº 5642, de 2016; nº 5884, de 2016; nº 6059, de 2016; nº 6386, de 2016)

Dispõe sobre a divulgação de informações que especifica aos usuários de serviços de saúde do País e dá outras providências.

Autor: Deputado VILSON COVATTI

Relatora: Deputada ANGELA ALBINO

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei obriga instituições de saúde do País a divulgarem informações que especifica aos seus usuários.

Art. 2º Ficam as instituições de saúde do País obrigadas a disponibilizarem aos usuários as seguintes informações sobre características do serviço:

I - nome do estabelecimento;

II - especialidades oferecidas;

III - nomes e funções dos responsáveis pelo serviço de controle de infecções hospitalares e núcleo de segurança do paciente;

IV - número total de leitos;

V - número de leitos em unidade de terapia intensiva, para crianças e adultos;

VI - número de internações e altas;

VII - coeficiente de letalidade;

VIII - taxa global de infecção;

IX - taxa de infecção por componente: clínico, pediátrico, cirúrgico, obstétrico e de tratamento intensivo;

X - metodologia de buscas de infecções.

§ 1º À critério do estabelecimento, outras informações que considerem relevantes poderão ser adicionadas às exigidas nesta lei, as quais deverão ser escritas em linguagem acessível ao cidadão comum.

§ 2º A emissão e afixação das informações especificadas neste artigo deverão ocorrer até o décimo dia útil de cada mês e corresponderá aos dados relativos ao mês imediatamente anterior.

§ 3º As informações referidas nos incisos de III a X, deste artigo, não serão exigidas dos serviços de saúde exclusivamente ambulatoriais.

Art. 3º Ficam as instituições de saúde do País obrigadas a disponibilizarem aos usuários as seguintes informações sobre os profissionais de saúde designados para atendimento ao público, inclusive plantonistas:

I – nome dos profissionais;

II – número de identificação no Conselho Profissional respectivo, conforme a área de atuação;

III - especialidade do profissional de saúde;

IV – datas e horários de trabalho de cada profissional de saúde período informado.

Art. 4º As instituições públicas de saúde que promovam a distribuição de medicamentos e a aplicação de vacinas do Programa Nacional de Imunizações – PNI - ficam obrigadas a divulgar, em local visível, a quantidade atualizada diariamente dos produtos disponíveis.

Art. 5º As informações mencionadas nos artigos 3º e 4º deverão ser disponibilizadas em quadros de avisos facilmente legíveis e em locais visíveis, abrangendo, no mínimo, o período de 24 horas.

Art. 6º As informações a que se referem os artigos 2º, 3º e 4º desta lei deverão ser disponibilizadas em sítio eletrônico da instituição ou, nos casos de instituições públicas, no sítio eletrônico do ente público ao qual a instituição de saúde está vinculada, em formato acessível.

Parágrafo único. As instituições públicas de saúde deverão fornecer as informações individualizadas por cada unidade de saúde ou equivalente.

Art. 7º As instituições que atendem usuários do Sistema Único de Saúde – SUS - ficam obrigadas a divulgar, em sítio eletrônico oficial, as listas de esperas dos usuários para:

- I – realização de cirurgias, segundo áreas médicas;
- II – realização de exames complementares de média e alta complexidade;
- III – realização de consultas em especialidades médicas;
- IV – admissão em leitos de unidade de terapia intensiva.

§ 1º As listas de espera, mencionadas neste artigo, deverão conter:

- I - o número de identificação oficial de cada usuário, adotado pelos sistemas de informação do Sistema Único de Saúde;
- II- a colocação de cada usuário na fila da lista de espera;
- III - a data de ingresso do usuário na lista de espera.

§ 2º As listas de espera, mencionadas neste artigo, serão atualizadas em intervalos não superiores a sete dias.

§ 3º As listas de espera, mencionadas neste artigo, deverão seguir, rigorosamente, a ordem de inscrição para a chamada dos usuários, observadas as prioridades estabelecidas em Lei, com a ressalva de procedimentos emergenciais atestados por profissional competente vinculado ao Sistema Único de Saúde.

§ 4º O usuário receberá, no ato da solicitação dos procedimentos previstos neste artigo, independentemente de solicitação, um protocolo de inscrição de onde constará a sua posição na respectiva lista e o endereço eletrônico para acessá-la.

Art. 8º Os gestores do SUS ficam obrigados a prestarem os seguintes serviços e informações sobre atendimentos realizados na rede pública, por meio da Internet:

I - acesso a resultados de exames;

II - marcação de consultas;

III – consulta sobre disponibilidade e estoque de medicamentos nas farmácias públicas;

IV – consulta sobre tipos de exame disponíveis nas unidades de saúde;

V – consulta a filas de espera por procedimentos, particularmente transplante de tecidos e órgãos, cirurgias e internação em leitos de unidade de terapia intensiva;

VI – consulta a escalas e quadro de funcionários;

VII – consulta às características de cada unidade, incluindo endereço, telefone e horário de funcionamento.

§ 1º As obrigações referidas neste artigo deverão abranger todas as unidades de saúde inseridas no âmbito da responsabilidade gerencial do gestor do SUS.

Art. 9º. O art. 18 da Lei 13.301, de 27 de junho de 2016, que “dispõe sobre a adoção de medidas de vigilância em saúde quando verificada situação de iminente perigo à saúde pública pela presença do mosquito transmissor do vírus da dengue, do vírus *chikungunya* e do vírus da *zika*; e altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977” passa a vigorar acrescido do seguinte § 6º:

“Art. 18.....

.....

§ 6º Os direitos previstos no caput e §§ 3º e 4º deste artigo serão amplamente divulgados em todas as unidades de saúde, públicas e privadas.” (NR)

Art. 10 O descumprimento das disposições contidas nesta Lei constitui infração sanitária, nos termos da Lei nº. 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor 360 dias após sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputada ANGELA ALBINO
Relatora